

# A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA<sup>1</sup>

Paulo Jardel de Moraes Andres<sup>2</sup>

Elisabeth Maria Foschiera<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma reflexão teórica sobre a utilização da música na educação desde seus primórdios, resgatando historicamente seu aparecimento e a sua inclusão no âmbito escolar. Mostra, ainda, a relevância da inserção desse fundamental componente curricular junto com as demais disciplinas, bem como a sua necessidade no desenvolvimento das crianças, como parte integrante da cultura popular e como conhecimento a ser trabalhado no contexto escolar. A música mostra que não é somente uma junção de sons e fonemas, mas também um valioso recurso que pode fazer a diferença nas escolas, pois, desperta o indivíduo para um mundo satisfatório e prazeroso tanto para a mente quanto para o corpo, que facilita a aprendizagem, o desenvolvimento e também a sociabilidade do aluno.

**Palavras-chave:** Música. Educação. Desenvolvimento. Aprendizagem.

## Introdução

Este artigo trata das contribuições da música nos processos de aprendizagem no âmbito escolar. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, por meio de leituras de livros, revistas, sites e artigos que tratam sobre o tema e tem caráter de Trabalho de Conclusão de Curso. Desse modo, se encontra correlacionado com a prática do professor em sala de aula, tendo em vista que o tema abordado é a música, utilizada como um recurso pedagógico do professor dos anos iniciais.

O artigo busca contextualizar a música dentro do processo de aprendizagem, trazendo uma reflexão quanto a sua relevância no planejamento docente, de modo a contribuir na formação integral do aluno. Tem como objetivo principal reconhecer a importância da música no desenvolvimento integral de crianças inseridas no contexto escolar, de modo que venha a contribuir na socialização em sala de aula e, mais tarde, com a sociedade. Discute, ainda, de que modo a música, como a arte, pode ser um importante vetor do conhecimento.

Por esta razão, explora-se aqui a temática da música na educação, demonstrando a necessidade de que haja harmonia entre todos os envolvidos no desenvolvimento educacional da criança, abordando os pontos: o histórico da música dentro da educação e suas contribuições; e, como a música propicia o desenvolvimento da criança.

Tão essencial quanto ter acesso à saúde, à alimentação, e a outros pontos como o brincar, a música em sua área de conhecimento oferece às crianças a base para que cresçam sujeitos em pleno desenvolvimento nos campos cognitivo, emocional e social. Deste modo,

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia UPF.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia UPF e autor deste artigo.

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Educação da UPF e orientadora deste artigo.

ela fornece uma base para desenvolver habilidades que irão permanecer por toda a sua vida em suas relações sociais. A música abre caminho para que ocorra a interação com o mundo e entre outros que rodeiam o dia a dia das crianças, o que vem a contribuir para a formação de um repertório inicial no seu universo sonoro.

## **1. O histórico da música dentro da educação e suas contribuições**

A música carrega um grande poder de interação e desde muito cedo adquire grande relevância na vida de uma criança, despertando as sensações mais diversas, tornando-se uma das formas de linguagem com grande valia quando se trata de instrumento facilitador de aprendizagem e instigação da memória das pessoas.

Desde o nascimento o ser humano apresenta uma grande necessidade de comunicação, interagir com a sociedade e meio envolvente. Essa necessidade se inicia no ventre da sua mãe, onde é criada uma relação de afeto, estabelecendo formas de comunicação entre a mãe e a criança, através de simples gestos.

Segundo Morris (1975, p. 235):

Tudo que é caracteristicamente humano depende da linguagem. O ser humano é, em primeira instância, o animal falante. O discurso representa o mais essencial – mas não o único – papel no desenvolvimento e na preservação da identidade humana e de suas aberrações, assim como faz no desenvolvimento e na manutenção da sociedade e de suas aberrações.

Dentre as várias dimensões da música, muitas podem ser exploradas na escola. Tanto pode ser trabalhada como arte quanto pode contribuir com o desenvolvimento de diferentes temas em sala de aula. Na escola as atividades com a música recebem o nome de Educação Musical. Entretanto, é importante salientar que Educação Musical não é somente o que se trabalha na escola enquanto música, mas sim e, igualmente, os diferentes aspectos musicais que são estudados e explorados tanto dentro quanto fora de um ambiente escolar ou acadêmico. Para explicar melhor esta questão traz-se Arroyo (2002, p. 18) quando afirma que:

O termo "Educação Musical" abrange muito mais do que a iniciação musical formal, isto é, é educação musical aquela introdução ao estudo formal da música e todo o processo acadêmico que o segue, incluindo a graduação e pós-graduação; é educação musical o ensino e aprendizagem instrumental e outros focos; é educação musical o ensino e aprendizagem informal de música. Desse modo, o termo abrange todas as situações que envolvam ensino e/ou aprendizagem de música, seja no âmbito dos sistemas escolares e acadêmicos, seja fora deles.

Apesar do conceito amplo e interessante que hoje se tem de educação musical e de sua importância para a Educação e a Cultura, nem sempre ela foi vista desta maneira e nem valorizada como parte essencial para o desenvolvimento integral do aluno. Como já citado anteriormente, em épocas que antecedem a nossa, a música tinha outras finalidades. Segundo estudos de Fonterrada (2008), a busca do valor da música tem sua origem na Grécia Antiga, tendo influência no humor, na formação do caráter e na cidadania de todas as pessoas. Dessa forma, era dado um valor imenso à música, ninguém poderia viver sem ela, pois trazia benefícios morais, sociais e políticos. Com o passar do tempo, a música passa a ser vista como ciência e deveria servir à Igreja Cristã, onde as crianças órfãs eram exploradas. Como relata Fonterrada (2008, p. 35):

Dentro do entendimento de música como louvor a Deus, e ao lado da visão teórica, constituindo-se a Igreja na grande disseminadora de conhecimento, o controle do aprendizado musical lhe é confiado e, embora ainda não se possa falar em “educação musical” na acepção que hoje se dá ao termo, a atividade prática de música com a presença de crianças é considerada um de seus pontos principais... Como o maior propósito da música era louvar a Deus, as instituições cristãs, isto é, as igrejas, conventos e seminários arregimentavam crianças dotadas de boa voz para suprir as necessidades de seus coros. Geralmente provindas de lares pobres, essas crianças garantiam, muitas vezes, o sustento próprio e o da família.

Durante essa época, entre os séculos V ao XIV, a Educação Musical era muito valorizada e bem vista na sociedade. Como nos conta Fonterrada (2008, p. 32): “Acreditava-se que, sem a música, nenhuma disciplina poderia ser perfeita”. Porém, essa mesma Educação Musical foi objeto de opressão das crianças. A infância não era percebida e muito menos respeitada como atualmente busca-se que seja. Na realidade não existia conceito de infância. Crianças serviam apenas para colaborar com o bem-estar dos adultos, principalmente os das altas elites da Igreja. Assim, elas eram treinadas e ensinadas a usar ao máximo suas habilidades artísticas musicais para o agrado de quem detinha o poder na época. Havia muitas mortes de crianças, pois não recebiam os devidos cuidados, já que eram tratadas como verdadeiros “animaizinhos” e serviam somente para a diversão e entretenimento dos adultos. Levou-se um bom tempo na história da sociedade para que o conceito de infância começasse a mudar e as crianças passassem a ser vistas como seres de direitos e cuidados. Foi no período Renascentista que isso começou a mudar, em meados dos séculos XV ao XVI. Mudaram-se, inclusive, questões referentes à educação. Como descreve Fonterrada (2008, p. 47):

No que se refere à educação, uma importante mudança se faz sentir a partir dessa época, com a aceitação da criança como ser que necessita de cuidados especiais, de saúde e lazer, afastando-se da maneira de entendimento vigente no período medieval, em que era considerada um tipo de animal de estimação, feita para

divertir os adultos e conviver com eles.

A partir daí, começaram a surgir mudanças na educação, de uma maneira geral e na educação musical. Pois, no momento em que a infância foi reconhecida como fase da vida humana que precisava ser observada com mais carinho e atenção, a criança passou a ser vista com outros olhos. Já não se poderia simplesmente usar as crianças para servir aos adultos, era necessário passar a cuidar e respeitar as crianças como seres humanos também de direitos.

A educação musical para as crianças ainda servia à Igreja, mas agora elas passam a ser percebidas como membros da comunidade que contribuíam com a sociedade e com o aperfeiçoamento da fé cristã, através do louvor a Deus. Na Renascença surge um novo estilo de educação musical, o estilo coral. Nessa época a educação estava a cargo principalmente dos Colégios Jesuítas e sua forma de organização aproximava-se ao conceito de escola que temos hoje. Todavia, ainda seria necessário chegar à Idade Moderna, século XVII, para que acontecessem mudanças realmente profundas e significativas no processo educativo.

A história da música, inserida no contexto escolar brasileiro, vem de encontro com o período em que ocorreu o descobrimento do país. Afinal, quando no Brasil chegaram, os portugueses trouxeram junto os jesuítas. Esses, então, se utilizaram das práticas musicais europeias, mais precisamente o canto erudito, como um modo que possibilitaria chegar à conversão dos índios. Esses missionários, que estavam dispostos a conquistar novos servos para Deus, encontraram na arte musical, um meio mais fácil de sensibilizar aos indígenas. A música que os jesuítas trouxeram era simples e singela, e acabou por sensibilizar os indígenas, que, desde a primeira missa, deixaram-se levar pelo som melódico. Desse modo, as canções e hinos católicos eram traduzidos para o Tupi, língua indígena predominante na referida época. Também ocorria a prática de se utilizar os Autos, que se tratava de monólogos acompanhados por música. Com isso os catequizadores findavam por ignorar a cultura já estabelecida entre os povos nativos, uma vez que a música europeia passou a ter dominância sobre a música nativa, tornando-se mais um claro exemplo do poder que a Metrópole exercia sobre a Colônia. O período colonial brasileiro condicionou a educação musical presa à igreja católica, salvo quando ocorriam aulas particulares cujo objetivo era profissionalizar-se dentro do campo.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, a música obteve uma atenção de maior valia, sendo destinado a ela, um tratamento significativamente superior, sobretudo, quando no processo de reorganização da Capela Real, o padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) solicitou que viesse de Lisboa o organista José do Rosário. O padre José era mestre de música e compositor e fundou um curso de música que perdurou por quase trinta anos,

qualificando, na época, alguns dos mais notáveis nomes do Rio de Janeiro, como Dom Pedro I e Francisco Manuel da Silva, que futuramente veio a compor o Hino Nacional Brasileiro. A música, porém, não podia se limitar às igrejas e, em 1813, se iniciou a edificação do Teatro São João, uma vez que o velho Teatro de Manuel Luiz não era mais “digno” da corte portuguesa. Terminado esse período, o marco para o ensino da música no país foi o ano de 1854.

Nessa época foi oficializada a presença da prática nas escolas públicas brasileiras. A lei promulgada então determinava que fossem lecionadas noções musicais e exercícios de canto. Infelizmente, após o regresso de Dom João para Portugal, as atividades passaram por uma breve decadência. A música sacra desgastou-se em relação à música profana, que começou a explodir pela nação. Assim sendo, as atividades musicais que antes se concentravam em comunidades sacras moveram-se para os teatros. As músicas com raízes indígenas e africanas, pouco foram inseridas no ensino formal de música e permaneceram sendo usadas como uma prática de transmissão oral e assistemática.

Um conflito então se estacionou como marca no Brasil desde o início do período colonial até meados do período da República, no século XX: a oposição entre a música de cultivo e origem popular e a educação musical informal, e, a música erudita e educação musical formal. No início do século XX, dois educadores de São Paulo reorganizaram o ensino já estabelecido na rede pública. Assim, João Gomes Júnior e Carlos Alberto Gomes Cardim começaram a promover o canto coral. Prática esta que foi impulsionada por outros fatores pertinentes ao período, como a popularização do Canto Orfeônico. A finalidade dessa atividade, originada na França do século XIX, era educar e disciplinar através do canto amador. Naqueles tempos diversos manuais didáticos de Canto Orfeônico foram publicados no Brasil. Os dois mundos distintos somente se uniram ao final da década de 1930, quando retorna ao país uma das figuras mais importantes na história da educação musical brasileira: Heitor Villa-Lobos. Dez anos antes, o maestro e compositor havia passado uma temporada na França. Foi onde vislumbrou o potencial da música como instrumento educador e entrou em contato com as propostas de Zoltán Kodály. O educador húngaro propunha que, além de utilizar o canto coral, deveria-se priorizar material folclórico e popular da própria terra.

Depois do tempo de D. João VI, projetou-se larga sombra sobre a música brasileira. Nesse período, só uma figura zelou pela conservação do patrimônio musical: Francisco Manuel da Silva (compositor do Hino Nacional), que fundou o Conservatório de Música do Rio de Janeiro (1841), padrão de todas as instituições congêneres no Brasil, como relata Almeida (1942). Um decreto federal de 1854 regulamentou o ensino de música

no país e passou a orientar as atividades docentes, enquanto que, no ano seguinte, outro decreto fez exigência de concurso público para a contratação de professores de música. Na primeira república, a legislação educacional evoluiu diversamente em cada estado, fazendo com que em cada região a estrutura e o funcionamento das escolas adquirissem características muito específicas. Um exemplo para o entendimento da vida escolar naqueles anos faz-se possível na observação da organização escolar paulista (NAGLE, 1968). Basicamente, o ensino primário oficial em São Paulo se organizou em dois cursos: o curso preliminar (para crianças entre 07 e 15 anos) e o curso complementar. O curso preliminar apresentava seis modalidades: as escolas preliminares, as escolas intermediárias, os grupos escolares (reunião de 04 a 10 escolas preliminares), as escolas provisórias, as escolas noturnas e as escolas ambulantes. Uma escola preliminar (ou uma classe de 40 alunos) deveria fornecer ensino primário gratuito e laico, uma “conquista da república”. É interessante ressaltar que o governo estadual não se incumbia da construção do prédio escolar, que ficava a cargo dos recursos do município.

Dessa forma, em 1932 o Canto Orfeônico tornou-se disciplina oficializada nas escolas públicas do Rio de Janeiro. E foi nesse mesmo ano que Villa-Lobos ficou à frente da direção da Superintendência da Educação Musical e Artística (Sema). A instituição tinha por objetivo justamente formar professores de Canto Orfeônico. Em função disso, o país presenciou um crescimento da prática nas décadas de 30 e 40. Na medida em que os séculos foram passando a Educação foi evoluindo e com ela, apesar de uma maneira mais lenta, a educação musical teve seus avanços. Nesse sentido, Arroyo (2002, p. 19) traz alguns aspectos interessantes da época:

Voltemos rapidamente para o início do século XX, quando a educação musical em foco na sociedade ocidental era acadêmica/escolar, isto é, a educação musical que acontecia nos conservatórios e nas escolas. Suas bases epistemológicas estavam assentadas em algumas formas de conhecer ou entender a realidade: a compreensão do ensino e da aprendizagem musical estava baseada em uma lógica cartesiana e positivista e o que deveria ser ensinado e aprendido era o que na visão evolucionista era tomado como ápice da produção musical da humanidade: a música de concerto dos séculos XVIII E XIX da tradição européia.

Nas décadas de 50 e 60 os educadores musicais Liddy C. Mignone, Sá Pereira, Gazy de Sá, Maria de Lourdes Junqueira Gonçalves, Cacilda Borges Barbosa, Carmen Maria M. Rocha, entre outros, introduziram os “métodos ativos” de educação musical em escolas especializadas no ensino de música, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Paralelamente nas escolas públicas, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, o “Canto Orfeônico” perdeu

espaço e foi substituído em 1964 pela “Educação Musical”, mas na prática as aulas não diferiam da proposta anterior. Essa LDB foi substituída por uma nova, em 1971. As disciplinas “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil” tomaram o lugar do “Canto Orfeônico” no que se referia à missão de promover o patriotismo e o respeito à moral e a música foi incorporada à disciplina “Educação Artística”, com caráter polivalente: o professor deveria dominar quatro áreas de expressão artística: música, teatro, artes plásticas e desenho. Porém, os cursos de formação com duração de três anos, impossibilitava aos professores aplicarem adequadamente as quatro áreas de expressão artística, fazendo com que focassem as artes plásticas em suas aulas. Nesse contexto, a música foi praticamente esquecida do cotidiano das aulas devido à sua especificidade como linguagem com características e conteúdos próprios.

Em 1996, uma nova LDB substituiu a vigente desde 1971, no entanto, nada mudou em relação às aulas de música, que continuaram inexistentes. Em 1997 houve a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), um conjunto de orientações para os docentes desenvolverem em cada área do conhecimento. O volume de número seis, intitulado “Arte”, apresenta orientações acerca das quatro áreas já supracitadas, mas devido à fragilidade da lei, a música, enquanto área de conhecimento, esteve ausente das escolas públicas brasileiras por cerca de 40 anos. Em agosto de 2008 foi aprovada a lei nº 11.769, a qual tornou “obrigatório” o ensino de música nas escolas de educação básica, como conteúdo não exclusivo, sem a exigência de professor habilitado em música e sem especificações de quais conteúdos devem ser trabalhados. Mesmo longe do ideal, tal lei representa um avanço para os educadores musicais que vêm, há vários anos, em busca da inserção desta área do saber nos currículos das escolas públicas, de forma obrigatória.

## **2. A música no desenvolvimento da criança**

A aprendizagem pode ser definida como uma modificação do comportamento do indivíduo em função da experiência. Pode ser caracterizada pelo estilo sistemático e intencional e pela organização das atividades que a desencadeia, atividades que se implantam em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição escolar. “O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que, dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes do todo”

(ALVES, 2007, p. 18).

Na visão de Barros, Pereira e Goes (2008), a aprendizagem é um mecanismo de aquisição de conhecimentos que são incorporados aos esquemas e estruturas intelectuais que o indivíduo dispõe em um determinado momento. Trata-se de um processo contínuo que começa pela convivência familiar, pelas culturas, tradições e vai aperfeiçoando-se no ambiente escolar e na vida social de um indivíduo, um processo que valoriza as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos e tem como objetivo a elevação da experiência, formação, raciocínio e observação. Essa ação pode ser analisada a partir de diferentes pontos de vista, de forma que há diferentes teorias de aprendizagem.

Para Piaget (1998, p. 39), a aprendizagem provém de “equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menos equilíbrio para um estado de equilíbrio superior”. Diante dessa afirmação nota-se que, a aprendizagem parte do equilíbrio e a sequência da evolução da mente, um processo que não acontece isoladamente, tanto pode partir das experiências que o indivíduo acumula no decorrer da sua vida, como também por meio da interação social. Aprender é um processo que se inicia a partir do confronto entre a realidade objetiva e os diferentes significados que cada pessoa constrói acerca dessa realidade, considerando as experiências individuais e as regras sociais existentes (ANTUNES 2008, p. 32).

Ainda de acordo com Piaget (1974, p. 42), “a aprendizagem ocorre pela ação da experiência do sujeito e do processo de equilibração”. Essa afirmação demonstra que a aprendizagem não parte do zero, mas sim, de experiências anteriores, o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de assimilação por meio da organização do esquema cognitivo. A educação recebida, na escola, e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos, a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e conseqüentemente o comportamento da criança na escola (VYGOTSKY, 1984, p.87).

É no contato com a primeira sociedade, família, que a criança tem suas primeiras aprendizagens. Nesse contato, a criança cria seu próprio estilo de aprendizagem, que terá modificações à medida que a mesma tenha convívio com outros contextos. Nesse sentido, Almeida (1999, p. 48) afirma que: “Cada estágio da afetividade, ou seja, as emoções, o sentimento e a paixão, pressupõem o desenvolvimento de certas capacidades, em que se revelam um estado de maturação”. Portanto, quanto mais habilidade se adquire no campo da racionalidade, maior é o desenvolvimento da afetividade.

Vê-se com isso que, o início da aprendizagem humana se dá no âmbito familiar, e

depois no social e na escola, ou seja, observa-se que existe um conflito quando a criança deixa o convívio familiar e é inserida na escola. No princípio do contato escolar, alguns alunos sofrem e outros não. Assim como há o reflexo do ambiente familiar no escolar, também atitudes de professores não contribuem para essa adaptação, prejudicando a vida educacional, criando em alguns alunos rejeição à escola, aumentando o índice do insucesso escolar.

Nessa perspectiva, a música é considerada por vários autores e pesquisadores, entre eles Loureiro (2003) e Correia (2010), como elemento enriquecedor para o desenvolvimento humano, a qual proporciona bem-estar e colabora para a ampliação da aceitação do contexto escolar, tão necessário para a formação plena da criança. Destaca-se que o aprendizado musical é um estímulo ao período de escolarização, ajudando na apropriação da linguagem, concentração e no aprendizado das áreas do conhecimento. Por meio do contato com a música, a criança aprende a conviver melhor com outras crianças, estabelece um diálogo mais harmonioso, fato que contribui para o aprimoramento das relações interpessoais e o convívio em sociedade, promove ainda o desenvolvimento do senso de colaboração e respeito mútuo, como também proporciona segurança emocional e confiança, porque ao praticá-la as crianças aumentam a autoestima.

A música tem o importante papel de promover o ser humano, incluindo todas as crianças, distanciando-se da concepção da participação àqueles que possuem talento, ou seja, que tem ritmo, afinação e, por consequência mais facilidade para a aprendizagem. Acredita-se que, a linguagem musical é construída com base na vivência de cada sujeito. Desse modo, todos têm direito de cantar, por exemplo, mesmo que sejam desafinados, todos podem tocar um instrumento ainda que não tenham senso rítmico maturado, pois as competências musicais se dão pela prática regular e pelas vivências de musicalização encaminhadas pelo educador, respeitando, valorizando e estimulando sempre o aluno à expressão musical. Por isso, trabalhar atividades pedagógicas fazendo uso da música mostra-se estimulante, pois por intermédio delas estabelecem-se condições de observar a percepção musical das crianças e a sua melhora na sensibilidade, na construção do conhecimento, no raciocínio e na expressão corporal, entre outras habilidades cognitivas, físicas, emocionais e sociais.

A música, como qualquer outra arte, acompanha historicamente o desenvolvimento da humanidade. Antes mesmo do descobrimento do fogo, o ser humano comunicava-se por meio de sinais e sons rítmicos. Brécia (2003), afirma que a música está presente em quase todas as manifestações sociais e pessoais do indivíduo desde os tempos mais antigos. Contudo, com o decorrer do tempo e com a modificação no espaço geográfico o homem descobriu a linguagem e a escrita, mas, apesar disso, a música

permanece no cotidiano descrito pelo contexto histórico na modernidade e na contemporaneidade.

Assim como qualquer outra manifestação histórica, a música não aparece como verdade absoluta. Como linguagem, ela tem sido considerada uma fonte para o conhecimento acadêmico, defendida por historiadores como Contier (1985) e Tinhorão (1998). A linguagem musical transforma-se em recurso didático na medida em que é chamada para auxiliar no processo de aprendizado como consequência dos objetivos propostos, entre eles o de promover o desenvolvimento dos conteúdos programáticos a partir do processo de transformação de conceitos espontâneos em conceitos científicos.

Musicalizar significa desenvolver o senso musical das crianças, sua sensibilidade, expressão, ritmo, “ouvido musical”, isso é, inseri-la no mundo musical, sonoro. O processo de musicalização tem como objetivo fazer com que a criança se torne um ouvinte sensível de música, com um amplo universo sonoro. Por isso que se torna um poderoso instrumento que aumenta, na criança, além da sensibilidade a audição, qualidades como: concentração, coordenação motora, sociabilização, respeito a si próprio e aos outros, esperteza, raciocínio, disciplina, equilíbrio emocional e inúmeros outros atributos que colaboram na formação do ser humano. O processo de musicalização deve alcançar a todos, buscando desenvolver esquemas de absorção da linguagem musical.

No processo de musicalização, não se pode esquecer de que as crianças, quando brincam, usam sons espontaneamente, criam músicas, e essa atitude, se não é incentivada, tende a desaparecer com o tempo. A musicalização deve ser trabalhada de maneira lúdica. Portanto, não se pode dizer que a musicalização serve para transformar as crianças em seres musicais, apenas precisa-se incentivá-las a continuar usando e criando sons. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo desenvolver e despertar o gosto musical, cooperando para o desenvolvimento da sensibilidade, senso rítmico, criatividade, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, autodisciplina, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação (BRÉSCIA, 2003).

O trabalho com a música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de entendimento acessível às crianças. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social (“BRASIL, 1998, p. 49”). Por meio da música é possível exercitar toda a estrutura da educação infantil, além de ser lúdico e prazeroso as crianças se manifestam através das canções, das cantigas de roda, das

danças, teatro, etc. As atividades musicais na escola podem ter objetivos preventivos, nos seguintes aspectos:

- **Físico:** oferecendo atividades capazes de promover o alívio de tensões devidas à instabilidade emocional e fadiga.

- **Psíquico:** promovendo processos de expressão, comunicação e descarga emocional através do estímulo musical e sonoro.

- **Mental:** proporcionando situações que possam contribuir para estimular e desenvolver o sentido da ordem, harmonia, organização e compreensão. O educar e o cuidar que direcionam as relações contínuas entre as crianças e os educadores nas instituições de educação infantil diariamente torna-se mais fácil e acessível por meio da musicalidade, pois sabe-se que, a música une culturas e gerações, estreitam as relações interpessoais e abre um leque de oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e ajuda na conquista e aprimoramento do conhecimento. As atividades que envolvem a musicalização permitem que a criança conheça melhor a si mesma e ao próximo, desenvolvendo sua definição de esquema corporal, e também oportuniza a comunicação com o outro. Weigel (1988) e Barreto (2000) *apud* Garcia e Santos (2012), afirmam que atividades podem auxiliar de maneira durável como reforço no desenvolvimento sócio afetivo, cognitivo/ linguístico e psicomotor da criança, da seguinte forma: • **Desenvolvimento socioafetivo:** a criança aos poucos vai formando sua própria identidade, percebendo-se diferente dos outros e ao mesmo tempo buscando integrar se com os demais. As atividades musicais em grupo melhoram o desenvolvimento da socialização, a compreensão, a participação e estimulando cooperação. Dessa forma a criança vai fortalecendo o conceito de respeito ao próximo. Além disso, ao expressar-se musicalmente em atividades que lhe geram prazer, ela libera seus sentimentos, expressa suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança e realização pessoal.

- **Desenvolvimento cognitivo/ linguístico:** a origem de conhecimento da criança são as vivências que ela já traz consigo para a escola. Nesse sentido, as experiências musicais vividas por ela em casa facilitarão uma participação ativa favorecendo o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua capacidade de ouvir melhor e com detalhamento de ritmos e sentimentos musicais; ao acompanhar com gestos ou danças ela está trabalhando a coordenação motora e sua atenção e concentração; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e se relacionando com o ambiente em que vive.

- **Desenvolvimento psicomotor:** as atividades musicais oferecem diversas oportunidades para que a criança aperfeiçoe suas habilidades motoras, aprenda a controlar

seus músculos e movimentar seu corpo com desenvoltura. O ritmo tem um papel muito importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente da criança, favorecendo um impacto emocional a mente e aliviando as tensões. Atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas e pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo do desenvolvimento da escrita e leitura.

Gaio e Meneghetti (2004, p. 98) nos mostram que é na sala de aula que o aluno revela suas especialidades, mostrando suas decepções internas ou sua genialidade até então desconhecida. É nesse espaço que o educando é obrigado a conviver com outras crianças, tendo eles pensamentos distintos. O aluno traz para sala de aula uma bagagem de atitudes naturais praticadas em sua casa e em seu cotidiano, não conseguindo deixar de lado a sua fonte histórica.

Soares (2008, p. 209), diz que a “utilização da música como recurso didático foi uma constante [...], considerávamos inovadora a análise de letras de música, e satisfatória a utilização do método ‘ouvir e interpretar’”. Tais considerações permitem acreditar que a música pode facilitar a compreensão do aluno, pois estabelece empatia entre autor/compositor e o mesmo. Dessa forma, é possível levantar a hipótese de que o aluno, nas situações em que a música é utilizada como recurso didático, se identifica com o assunto, podendo transformar seus conceitos espontâneos em conceitos científicos. Gardner (1996), admite que a inteligência musical está relacionada à capacidade de organizar sons de maneira criativa e da discriminação dos elementos constituintes da música.

### **Considerações finais**

A inserção do ensino de música na escola precisa considerar que o ensino e a aprendizagem desta, não ocorrem apenas na sala de aula, mas em circunstâncias mais amplas. Deste modo, ao professor não cabe discutir a música em sua essência na escola, mas sim refletir com relação a quais aspectos a educação musical pode ajudar no dia a dia dos alunos, bem como em seus interesses e dificuldades, buscando sempre compreender a realidade em que vivem e atuam.

A música capacita os alunos para que sejam capazes de realizar funções motoras e intelectuais, assim como relacionar-se com o meio social. Essas ferramentas de trabalho caem para os professores como meios facilitadores de aprendizagem. Além de contribuir para deixar o ambiente escolar mais alegre, a música oferece um efeito calmante após períodos de atividades físicas e também pode ser usada como um método no aprendizado

de forma interdisciplinar.

No espaço escolar, principalmente nas séries iniciais as crianças passam a desenvolver suas perspectivas intelectuais, motores, linguísticas e psicomotoras. A escola deve ampliar o repertório cultural do seu aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentando novos estilos, proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno se torne um ser crítico. Conforme Barreto (2000, p.45):

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento.

O ato musical no espaço escolar ajuda no processo de aprendizagem despertando e estimulando a área afetiva, cognitiva e linguística das crianças. As vantagens que a música proporciona nesta fase, seja pela expressão de emoções, seja pelo raciocínio, sociabilidade, concentração, comunicação, é de grande valor e aproveitamento para a vida.

## Referências

ANDRADE, Mário. **Pequena História da Música**. São Paulo: Martins Editora, 1980.

ARROYO, Margarete. Educação musical na contemporaneidade. Seminário Nacional de Pesquisa em Música da UFG, v. 2, p. 18-29, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio (Coord.). **Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações**. Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2014.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De Tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FRANÇA, Eurico Nogueira. **A música no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

GARCIA, Vitor Ponchio; SANTOS, Renato dos. A importância da utilização da música na educação infantil. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n. 169, 2012. Disponível em: <[http://www.efdeportes.com/efd169/a\\_musica-na-educacao-infantil.htm](http://www.efdeportes.com/efd169/a_musica-na-educacao-infantil.htm)>. Acesso em: 16 out. 2020.